

FINANÇAS

BOLSAS AMERICANAS

Balancos trimestrais positivos puxam altas de Nasdaq e S&P 500

Os dois índices encerraram os negócios em valorização de, respectivamente, 0,68%, a 2.165 pontos, e 1,06%, para 1.092 pontos. Números trimestrais favoráveis devolveram aos investidores a confiança sobre a temporada de balanços. As ações da Travelers fecharam em alta de 7,66%. A empresa divulgou ontem que seu lucro referente ao terceiro trimestre mais do que triplicou, superando as estimativas do mercado.



Banco suíço reverte prejuízo do terceiro trimestre de 2008

BALANÇO

Credit Suisse registra lucro líquido de quase US\$ 2,4 bilhões no trimestre

O banco registrou no terceiro trimestre lucro líquido de 2,354 bilhões de francos suíços (US\$ 2,4 bilhões), o que significa um recuo de 49,84% em relação ao segundo trimestre do ano. A instituição financeira reverteu o prejuízo de 1,261 bilhão de francos suíços registrados no ano passado. As receitas líquidas totalizaram 8,917 milhões de francos suíços, aumento de 3,56% em relação aos três meses anteriores.

PREGÃO

Ações de bancos e petrolíferas derrubam bolsas europeias

Os principais mercados europeus tiveram uma quinta-feira de queda, com ações de bancos e petrolíferas figurando entre as mais desvalorizadas, no dia em que a Ericsson despencou após resultados trimestrais decepcionantes. O índice FTSEurofirst 300, que acompanha as principais empresas da Europa, fechou com queda de 1%, aos 1.015 pontos. Em Paris, o índice CAC-40 fechou em queda de 1,35%, para 3.820 pontos.



Moeda americana fecha com estabilidade, a R\$ 1,724

CÂMBIO

Fluxo de recursos evita valorização do dólar comercial em relação ao real

A moeda americana fechou estável ontem, cotada a R\$ 1,724 para compra e R\$ 1,726 para venda. Mesmo com a valorização global do dólar em um movimento de ajuste em todo o mundo, a continuidade da entrada de capitais no Brasil evitou a valorização da divisa. Além disso, a expectativa de mudanças na política do governo em relação à taxa de câmbio de capital externo com IOF seque em foco.

Dilema para as emissões: desconto ou listagem dupla

Com IOF, analistas ponderam que investidor estrangeiro vai pedir preço menor para comprar ações ou optar por ADRs

Maria Luiza Filgueiras

mfilgueiras@brasileconomico.com.br

Duncan Niederauer, presidente da Nyse Euronext, deve estar feliz da vida. A incidência de imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na renda variável para estrangeiros pode ajudar a bolsa de Nova York a voltar a atrair empresas brasileiras para uma dupla listagem, no mercado doméstico e no americano, missão que o executivo e sua equipe têm encarado com afinco desde o ano passado. Em 2008 e este ano, a Nyse incluiu como rotina - do próprio Niederauer, do vice-presidente Scott Cutler, e do diretor para AL, Alex Ibrahim - visitas ao Brasil sobre os benefícios para liquidez de estar listada em Nova York.



Assaf Neto, Diretor do Instituto Assaf

"A empresa que tiver flexibilidade vai esperar um pouco para fazer oferta de ações e pode optar por uma dupla listagem ou dar desconto no papel para atrair o estrangeiro. De qualquer forma, quem perde é a companhia emissora"

Avaliação de mercado se divide entre um impacto irrelevante e a migração de investidores para alternativas como ADRs e derivativos

sora. Por isso outra alternativa pode ser o desconto no valor das ações durante a oferta - já que os estrangeiros estavam abocanhando até 80% das ações nos IPOs.

Para o especialista Alexandre Assaf Neto, diretor do Instituto Assaf, a medida vai ter efeitos nos IPOs, mas não deve estragar a festa. "A empresa que tiver flexibilidade espera mais um pouco e pode fazer uma dupla listagem ou dar desconto na precificação. De qualquer forma, quem perde é a emissora", diz Assaf. Paulo Bruno, responsável pela área de mercado de capitais da Brascan Gestão e Ativos, concorda: "o valor vai ser colocado no preço da ação."

A estrategista da Ativa Corretora, Mônica Araújo, descarta impacto nas ofertas mas acha possível uma mudança no formato, como a inclusão de listagem de ADRs. "Mas não muda a avaliação do potencial do país e das empresas brasileiras", considera. Já para Ricardo Martins, da Planner, o primeiro efeito será de desconto ou prorrogação de operações, mas sem desestímulo ao mercado. "Conforme o que vier pela frente, as empresas podem voltar a buscar a listagem internacional, daí a preocupação do presidente da bolsa em procurar o ministro Mantega", pondera Martins. ■



Pregão na Bolsa de Nova York: IOF pode facilitar a missão de atrair listagem de empresas brasileiras

Para Fator, só há impacto com alíquota maior

A avaliação sobre os impactos do IOF encontra posições distintas no mercado e, para o analista da Fator Corretora, Richard Wahba, até o momento "a medida é inócua". Ele ressalta que os estrangeiros podem se livrar do imposto não só na compra de ADR, mas com operações de derivativos com bancos que têm atuação no Brasil e exterior. "As empresas não necessariamente darão desconto nos papéis, já que

os investidores têm usado cada vez mais derivativos com swap. Ao invés de comprar diretamente a ação, o investidor compra por um agente", explica. Por isso, ele vê um impacto do IOF apenas pelo pequeno investidor, que não recorre a esses contratos. "Ainda assim, a taxa de 2% não é significativa. Se a alíquota aumentar, é possível que as empresas passem a considerar a listagem de ADRs", diz. **MLF.**

CENÁRIO

1 Poucas opções

O investidor estrangeiro que quer aplicar recursos indiretamente em papéis de empresas brasileiras listadas encontra poucas opções hoje no mercado internacional. A Nyse, que tem o maior número de brasileiras no exterior, tem 32 ADRs negociadas.

2 Efetividade da taxa

Para a estrategista da Ativa Corretora, Mônica Araújo, mais relevante que a cobrança de 2% de IOF é a efetividade da medida: se a taxa não servir para o controle do câmbio, o governo terá que instituir outras medidas para alcançar o mesmo objetivo.

3 Confiança maculada

O especialista em finanças Alexandre Assaf Neto acredita que a manutenção da alíquota em 2% ou qualquer alteração sobre a incidência gera uma mácula sobre a imagem do governo brasileiro de não intervir no funcionamento do mercado.

4 Política ampliada

A efetividade do IOF para conter a volatilidade cambial também é questionada por Ricardo Martins, da Planner Corretora. "Não basta defender a taxa de câmbio, mas criar uma política de exportação que garanta a competitividade do produto", ressalta.

Países querem taxar operações financeiras

Grupo de trabalho vai definir opções de financiamento ao desenvolvimento, aplicadas às transações financeiras

Doze países, entre eles o Brasil, decidiram ontem, em Paris, formar um grupo de especialistas para avaliar, até maio de 2010, as diversas opções para cobrar impostos sobre transações financeiras em todo o mundo e, assim, reforçar a ajuda ao desenvolvimento.

"Decidimos criar um grupo de trabalho para definir várias opções de financiamento ao desenvolvimento, aplicadas às transações financeiras", indicaram os 12 países assinantes da declaração fundadoras.

Em maio passado, também na capital francesa, um grupo piloto de 59 países e organizações internacionais como o Banco Mundial, se declararam dispostos a aplicar uma taxa de 0,005% sobre as transações financeiras para complementar a ajuda pública ao desenvolvimento, segundo os Objetivos do Milênio (ODM).

"É uma contribuição mínima (...) é completamente indolor", afirmou nesta quinta-feira em entrevista à imprensa o ministro francês das Relações Exteriores, Bernard Kouchner, cujo país impulsiona esta iniciativa.

"Para cada € 1.000 de transação financeira seriam cobrados 5 centavos de euros" que levariam à arrecadação de € 30 bilhões anuais (US\$ 44,9 bilhões), insistiu Kouchner, comparando estes números com os "dados espetaculares das finanças internacionais".

"Os primeiros 23 bancos e fundos de investimentos de Wall Street deveriam obter US\$ 427 bilhões de benefícios este ano e distribuir US\$ 140 bilhões de remunerações, ou seja mais a quantia de ajuda pública ao desenvolvimento", destacou Kouchner.

Presidente do grupo de nove especialistas que se reunirá no fim de janeiro de 2010 em Santiago do Chile, o secretário de Estado de Relações Exteriores chileno, Alberto Van Klevener, afirmou que em uma perspectiva Norte-Sul (...) necessitamos de um financiamento adicional

e substancial ao desenvolvimento e ver que alternativa é a mais conveniente".

Chile, Brasil e França são três dos 11 países que aplicam uma taxa precursora, sobre passagens de avião, e que arrecadou mais de US\$ 2,5 bilhões para a saúde desde 2006.

Os especialistas do grupo piloto deverão fixar o percentual de imposição e decidir se elas serão obrigatórias ou voluntárias. ■ **AFP**

ENCONTRO

Número de países participantes da reunião

12

PROPOSTA

Para cada € 1.000, seria cobrado

€ 0,05

RESULTADO

Arrecadação com a adoção da medida

us\$ 44,9 bilhões